



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 06/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2834/2010 (9 vols.)

Apenso: Processo nº 5233/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. Pedro Garcia, Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 94/2014 (fls. 1747/1748).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 517/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1750/1751v).

8- Relator: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2009.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando Poder Legislativo Municipal a **Desaprovação das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Pedro Garcia**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição Estadual c/c os arts. 1º, I, e 29, da Lei Estadual 2.423/96 e art. 3º, III, da Resolução 9/1997-TCE/AM.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 06/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 2834/2010 (9 vols.) – fl. 02

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de março de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Convocada

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 06/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 06/2014)

1- Processo TCE nº 2834/2010 (9 vols.)

Apenso: Processo nº 5233/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Sr. Pedro Garcia, Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 94/2014 (fls. 1747/1748).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 517/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 1750/1751v).

8- Relator: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2009.

Contas irregulares. Glosa. Multa ao responsável, Sr. Pedro Garcia. Prazo para recolhimento. Comunicação à Receita Federal. Determinação à origem. Comunicação ao MPE. Recomendação à origem. Determinação à DICAD E DICAMI.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício de 2009, de responsabilidade do **Sr. Pedro Garcia**, enquanto Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, II e 22, III, da Lei 2.423/96 c/c o art.188, §1º, III, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.2- Determinar a glosa/alcance no total de R\$ 1.099.326,57, assim discriminados:

9.2.1- de **R\$ 1.014.487,57**, referente à divergência de valores lançados no Anexo 10 (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, fls.) e os constantes nos sites do Banco do Brasil, SEFAZ, FNDE/SUS;

9.2.2- de **R\$ 60.000,00**, relativa à diferença entre montante dos Repasses ao Poder Legislativo (R\$ 1.800.078,00) e o total das Transferência Correntes demonstrado no Balanço da Câmara Municipal (R\$ 1.740.078,00);

9.2.3- de **R\$ 24.839,00**, em face das despesas com hospedagem de hotel sem embasamento legal.

9.3- Aplicar Multa ao responsável, **Sr. Pedro Garcia**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), nos termos do art. 54, II, III e VI, da Lei Estadual 2.423/96, c/c art. 308, incisos I, “c”, e V, “a”, da Resolução 04/2002-TCE/AM, **pelas seguintes impropriedades:**



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 06/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 06/2014)**

Processo TCE/AM nº 2834/2010 (9 vols.)– fl. 02

9.3.1- Ausência do comprovante de encaminhamento a esta Corte de Contas do Plano Plurianual;

9.3.2- Ausência do comprovante de encaminhamento a esta Corte de Contas da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

9.3.4- Ausência do encaminhamento de publicação do Orçamento Municipal relativo ao exercício de 2009 (art. 2º, V, da LC n. 06/91);

9.3.5- Não foram publicados no D.O.E. os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial (art. 9º, I, II e III, da LC n. 06/91);

9.3.6- Atraso no encaminhamento da Prestação de Contas, contrariando o que estabelece o art. 20, inciso I, da Lei Complementar 06/91 c/c o art.29, da Lei 2.423/96;

9.3.7- Os balancetes de janeiro a dezembro/09 foram encaminhados fora do prazo legal, contrariando o §1º, do art. 15, da LC n. 06/91, com nova redação dada pela LC n. 24/00 c/c art. 4º, da Res. 07/02-TCE;

9.3.8- Ausência de registros dos bens imóveis, ferindo o art. 95, da Lei 4.320/64;

9.3.9- Ausência de registro e tombamento dos bens patrimoniais adquiridos no exercício, conforme determina o art. 94, da Lei 4.320/64;

9.3.10- Déficit de execução orçamentária do exercício no valor de R\$1.872.238,07, descumprindo o art. 48 “b” da Lei 4.320/64 c/c o art. 4º, I “a” da Lei 101/00;

9.3.11- Não contabilização de registros contábeis referentes aos gastos do Poder Legislativo, arts. 83 a 106 da Lei 4.320/64;

9.3.12- Ativo Financeiro, conta que dá suporte ao passivo, em situação frágil, dado a compromissos superiores à disponibilidade financeira;

9.3.13- Ausência de providências adotadas buscando a recuperação da conta Valores, no montante de R\$ 1.578.061,31, do grupo Ativo Permanente;

9.3.14- Divergência entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações e o Saldo Patrimonial do Exercício Corrente, apurado no Balanço Patrimonial deduzido o Saldo Patrimonial do Exercício Anterior (arts. 104 e 105 da Lei 4.320/64);

9.3.15- Não arrecadação efetiva de tributos, contrariando o art. 11 da Lei 101/2000 – LRF;

9.3.16- Atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária (art. 1º e 2º da Resolução 06/2000-TCE c/c os arts. 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000);

9.3.17- Ausência de comprovação de realização de Controle Interno, em descumprimento à exigência dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

9.3.18- Ausência de Registros Cadastrais dos fornecedores, contrariando o art.37 §§ da Lei 8.666/93;

9.3.19- Ausência de comprovação de que as contas anuais foram apresentadas ao Poder Executivo da União e do Estado, exigência do artigo 51, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 06/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 06/2014)**

Processo TCE/AM nº 2834/2010 (9 vols.)– fl. 03

9.3.20- Ausência de documento que comprove o registro referente à Dívida Ativa, detalhando e especificando os montantes correspondentes ao principal, e à atualização monetária, multa e juros incidentes, considerando a inexistência de movimentação desde 2008;

9.3.21- Ausência do carimbo de atesto, identificando a pessoa responsável pelo recebimento nas Notas Fiscais das despesas realizadas nos meses de Janeiro a Dezembro de 2009;

9.3.22- Fragmentação de despesa para fuga da modalidade licitatória, art. 23, §§ 1º, 2º e 5º da Lei 8.666/93;

9.3.23- ausência de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa com serviços prestados por médico (art.38 da Lei 8.666/93);

9.3.24- Ausência da razão da escolha e justificativa do preço para a despesa com serviços prestados por médico, em inobservância ao art. 26, parágrafo único, da Lei 8.666/93;

9.3.25- Ausência de Parecer Técnico ou Jurídico emitido sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade (VI do art.38 da Lei 8.666/93);

9.3.26- Ausência de Lei Autorizativa para a concessão do regime de Adiantamentos, conforme art. 68 da Lei 4.320/64;

9.3.27- Ausência de formalização de Processos Administrativos referentes à Suprimento de Fundo, como também das respectivas Prestações de Contas;

9.3.28- Ausência de Processo Licitatório, exigido pelo art. 2º da Lei 8.666/93 c/c art. 37 da CF/88;

9.3.29- Ausência de Processo Administrativo referente a locação de imóvel, bem como do Laudo de Avaliação Prévia, como determina o art. 24, X da Lei nº 8666/93;

9.3.30- Não foram informados por meio magnéticos (ACP Captura) os contratos/cartas-contratos formalizados pela Prefeitura Municipal, contrariando o art. 4º, § 4º, da Resolução 7/2002-TCE;

9.3.31- Ausência de informação, via ACP, dos dados relativos a Obras realizadas no exercício, conforme a Resolução 7/2002-TCE;

9.3.32- Ausência de informação, via ACP, dos processos licitatórios formalizados pela Prefeitura Municipal, contrariando o art.4º, §4º, da Resolução 07/02-TCE;

9.3.33- Fragmentação de despesas para fuga da modalidade licitatória referente à locação de veículos e embarcações (art. 24, II da Lei 8.666/93);

9.3.34- Despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite fixado no art. 20 III, “b” da Lei Complementar 101/2000-LRF;

9.3.35- Abertura de Crédito suplementar sem autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Municipal do montante de R\$ 1.099.326,57, referente às glosa/alcance discriminados no item 3 deste voto, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 06/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 06/2014)

Processo TCE/AM nº 2834/2010 (9 vols.)– fl. 04

“a”, da Lei 2.423/96 e art. 169, I da Resolução 04/2002, autorizando-se desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) pelas impropriedades listadas no item 4 deste voto, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.6- Comunicar à Receita Federal do Brasil acerca do não recolhimento das contribuições sociais relativas ao exercício de 2009, num total de **R\$ 2.185.000,00**;

9.7- Determinar à atual gestão municipal que efetue o imediato recolhimento das contribuições sociais devidas ao órgão competente, caso ainda não o tenha feito;

9.8- Encaminhar ao Ministério Público Estadual cópia das principais peças que compõem os autos desta Prestação de Contas e da Denúncia por ele formulada (apensa), inclusive deste Voto e do Acórdão a ser proferido, para que tome as providências que julgar necessárias;

9.9- Recomendar à origem a estrita observância das normas legais aplicáveis, notadamente da Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), bem como da Resolução 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte, a fim de evitar o cometimento das irregularidades listadas neste voto;

9.10- Determinar à Dicami que, na próxima inspeção *in loco*, verifique o atendimento das determinações e recomendações *supra*;

9.11- Determinar à Dicad que tome as providências necessárias a fim de que sejam encaminhados a esta Corte os documentos relativos às contratações/admissões ocorridas no exercício de 2009, para exame.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de março de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral